



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1509245 - DF (2019/0151264-1)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
AGRAVANTE : RONALDO CAMPOS NEVES (PRESO)
ADVOGADO : EDUARDO RODRIGUES DA SILVA - DF026982
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. REVISÃO CRIMINAL. TRÁFICO DE DROGAS. 2,5 KG DE HAXIXE. DOSIMETRIA. FRAÇÃO DE DIMINUIÇÃO PELO TRÁFICO PRIVILEGIADO. RAZÕES QUE NÃO INFIRMAM, DE MODO EFICIENTE, O FUNDAMENTO ADOTADO PARA INADMITIR O RECURSO ESPECIAL. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 182/STJ.

Agravo em recurso especial não conhecido.

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por **Ronaldo Campos Neves** contra a decisão proferida pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, que inadmitiu o recurso especial por ele apresentado, com fundamento no art. 105, III, a, da Constituição Federal, contra o acórdão prolatado na Revisão Criminal n. 0717045-77.2018.8.07.0000, assim ementado (fl. 111):

REVISÃO CRIMINAL. LEI 11.343/2006. TRÁFICO DE DROGAS. REGIME SEMIABERTO. ADEQUADO. O ARTIGO 2º, § 1º, DA LEI Nº 8072/90, QUE PREVÊ A FIXAÇÃO DE REGIME INICIAL FECHADO EM CASO DE PRÁTICA DE CRIMES HEDIONDOS E EQUIPARADOS, FOI DECLARADO INCONSTITUCIONAL. TRÁFICO PRIVILEGIADO. REDUÇÃO DA PENA NA TERCEIRA FASE. APLICAÇÃO DA FRAÇÃO MÁXIMA DE 2/3. INVIÁVEL. RELEVANTE QUANTIDADE DE DROGAS. AÇÃO JULGADA PARCIALMENTE PROCEDENTE.

1. A revisão criminal é instituto processual penal que visa desconstituir decisão criminal transitada em julgado, em que há vício de procedimento ou de julgamento, com amparo nas disposições do no artigo 621, do Código de Processo Penal.

2. As disposições artigo 2º, § 1º, da Lei 8.072/1990, que impunham a obrigatoriedade do regime inicial "fechado" para o início do cumprimento da pena em razão da prática de crimes hediondos e equiparados, foram declaradas inconstitucionais pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal no julgamento do HC 111.840, da Relatoria do Ministro DIAS TOFFOLI, DJe de 17/12/2013.

3. É certo que quando da fixação da pena, a sentença condenatória e o acórdão não estavam contrários ao texto expresso da lei penal ou à evidência dos autos em razão deste tráfico de 2,5Kg de Haxixe. Mas, uma vez declarada a inconstitucionalidade da norma, ela não mais tem eficácia no Ordenamento Jurídico, o que deve beneficiar no que se refere ao regime inicial para o cumprimento da pena.

4. Revisão Criminal julgada parcialmente procedente para a correção do regime inicial do cumprimento da pena

Nas razões do recurso especial (fls. 128/141), a defesa aponta como violados os arts. 29 do Código Penal e 42 da Lei n. 11.343/2006. Pretende, em suma, a alteração do acórdão rescindendo para que seja aplicada *a redução de pena em 2/3 prevista no art. 33, parágrafo 4º, da Lei n. 11.343/2006* (fl. 141).

Apresentadas contrarrazões (fls. 147/151), o recurso especial foi inadmitido pela Corte de origem por incidência da Súmula 83/STJ (fls. 154/155). Contra tal decisão foi interposto o agravo em análise (fls. 159/172), com contraminuta ofertada à fl. 175.

O Ministério Público Federal opinou pelo desprovimento do agravo (fls. 189/194).

É o relatório.

De plano, observo que a insurreição em tela praticamente se resume a reproduzir as razões expostas no recurso especial, sem, contudo, atacar o fundamento utilizado na decisão ora agravada.

Inadmitido o especial pela incidência da Súmula 83/STJ, caberia ao agravante *demonstrar que a orientação jurisprudencial não foi pacificada no mesmo sentido do acórdão recorrido, ou então comprovar que o precedente indicado, por constituir situação diversa, não teria aplicação ao caso dos autos* (AgRg no AREsp n. 389.962/RS, Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, DJe 14/10/2013)

Entretanto, da leitura do agravo manejado vê-se claramente a mera reprodução dos argumentos utilizados na petição do apelo extremo, sem, contudo, rebater diretamente os fundamentos adotados para inadmitir o especial.

Com efeito, no ponto, a defesa do agravante se limitou a apenas mencionar, genericamente, que *a tese central tratada no Recurso Especial é majoritária no STJ* (fl. 165).

Logo, a argumentação nos moldes em que se encontra, não supre o requisito indispensável da impugnação específica dos termos da decisão agravada, de modo que o presente agravo se mostra inviável, ante a incidência da Súmula 182/STJ. Precedente: AgRg no Ag 819.346/DF, Ministro Paulo Medina, Sexta Turma, DJ 23/

4/2007.

Ante o exposto, com fundamento no art. 253, I, do RISTJ, **não conheço** do agravo em recurso especial.

Publique-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator